

AUXÍLIOS AOS MAIS POBRES: FOCO NA SIMPLICIDADE

NOTA TÉCNICA 06/2020

A situação emergencial que temporariamente afeta a sociedade brasileira **requer medidas sociais, políticas e econômicas** para evitarmos que ela se transforme em uma catástrofe humanitária de efeitos permanentes.

Em [documento publicado no dia 26 de março](#), o movimento **Livres** externou sua preocupação com os potenciais riscos causados pela difusão do coronavírus pelo país e **enumerou 8 eixos principais** que guiam nossas sugestões de políticas públicas para contenção da crise.

Ativo em busca de alternativas que prevejam segurança e reparações aos cidadãos mais vulneráveis na sociedade, o Congresso Nacional tem discutido matérias relevantes, que, não obstante, angariam o nosso apoio. Outros projetos, **apesar de suas boas intenções, podem gerar riscos sociais e econômicos** importantes no longo prazo, prejudicando os cidadãos que o Congresso busca amparar, além dos empregos aos quais retornaremos quando a Covid-19 for enfim controlada.

Leis baseadas apenas em intenções geralmente podem trazer resultados perigosos caso sejam focadas apenas em seus **possíveis benefícios visíveis, ignorando suas consequências indiretas ou de longo prazo**, ou seja, "aquilo que não se vê".

Por isso, o **Livres** sugere às senhoras e senhores parlamentares, e à sociedade em geral, que, na busca por medidas de proteção à sociedade, continuemos a privilegiar a simplicidade, a desburocratização, a focalização na concessão de benefícios e a observância dos seus prazos de vigência.

Nesse sentido, é importante que estejamos atentos para evitarmos, da forma mais eficaz, as armadilhas de curto prazo. Para que possamos garantir um país viável, social e economicamente, ao fim desse período excepcional é essencial que sejamos capazes, nesse momento, de prover **previsibilidade aos atores econômicos e segurança social às pessoas em condição de maior vulnerabilidade**.

RECOMENDAÇÕES

1- **Preferência para ações de transferência direta de renda ao cidadão** sobre quaisquer tentativas legislativas de controle de preços sobre suas despesas fixas (aluguéis, eletricidade, telefone, academia, cursos) e/ou renegociação de seu crédito com instituições da iniciativa privada (empréstimos, cartões de crédito, taxas de juros etc.).

2- Rígido controle posterior por CPF, por meio das declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), para **fiscalizar o acesso aos benefícios ofertados pelo governo**, com previsão de restituição e punição àqueles que obtiverem vantagens mesmo sem ser parte do grupo social protegido.

3- Apresentação por parte do Governo Federal, por meio do Ministério da Economia, de um **plano factível para a diminuição do déficit fiscal previsto para 2020 e nos anos seguintes**, visando à melhoria do planejamento orçamentário para o próximo triênio e a elaboração de políticas orçamentárias apropriadas para este objetivo por parte do Congresso Nacional.

4- Medidas de distribuição progressiva do custo da crise. Ações que visam **combater a recessão de uma forma equilibrada e eficiente, com olhar social e responsabilidade fiscal**. Por exemplo, poderíamos estabelecer mais alíquotas, ainda progressivas, na cobrança do imposto de renda: apertando um pouco mais para quem ganha mais e prolongando o alívio para quem ganha menos.

5- **Revisão de privilégios no funcionamento do Estado**, como o sistema de licenças e gratificações. Sugerimos também o sistema de avaliação de desempenho acompanhada de dispositivos que permitam maior mobilidade dos funcionários, para facilitar a transferência de um órgão para outro. Por fim, alinhamento dos salários do setor público aos da iniciativa privada e **priorização total à adequação dos salários do serviço público ao teto constitucional**.

Pela liberdade,



LIVRES



@eusoulivres

eusoulivres.org | youtube.com/livres